

## ACTA Nº 23

### Acta da Sessão Ordinária do dia 30 de Abril de 2009

----- Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e nove, pelas dezoito horas e trinta minutos, na sala de sessões do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, sob a presidência do senhor Jorge Domingues Camarneiro, secretariado pelo senhor Manuel Marcelino dos Santos Manangão e pelo senhor Hugo Ribeiro Jorge, respectivamente primeiro e segundo secretários. -----

----- Feita a chamada verificou-se que faltaram à presente Sessão os seguintes deputados municipais: Elisabete Pequeno, João Carlos Loureiro, Joaquim Plácido, José Gonçalo Regalado, que foi substituído pelo senhor Hélder Bruno Rocha, que tomou posse, Licínio Ramos que foi substituído pelo senhor Manuel Reverendo, Manuel Bogalho que foi substituído pelo senhor Manuel Nogueira, Silvério Regalado que foi substituído pelo senhor Paulo Santos e Tony Richard. -----

----- Da parte do executivo estiveram presentes os senhor Presidente da Câmara e os senhores Vereadores Carlos Neves, Albina Rocha, Fernando Capela, Marco Domingues e Manuel Frade. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou à discussão e votação a acta da sessão de 19 de Dezembro de 2008. -----

----- Após votação, a acta da Sessão de 19 de Dezembro de 2008 foi aprovada com uma abstenção. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou à discussão e votação a acta da Sessão de 27 de Fevereiro de 2009. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro alertou que não constava da acta o Requerimento que tinha sido entregue à Mesa, no decorrer da Assembleia Municipal, pela bancada do CDS/PP, informando também que ainda não tinha havido resposta a esse requerimento. Referiu ainda que na sequência do que estava escrito na acta, e que era verdade que tinha sido dito na Sessão pelo senhor Presidente da Câmara, considerou que o que estava registado não lhe parecia que correspondia à verdade, referindo que como elemento da Assembleia Municipal gostaria de repor a verdade, informando que se estava a referir concretamente a uma declaração do senhor Presidente da Câmara que se encontrava na página 5 da acta, e que passou a ler "...referiu que as declarações do senhor Vice-Presidente à comunicação social estavam escritas de forma errada nos jornais, pois o senhor Vice Presidente da Câmara tinha dito era que as correcções feitas pelo jurista, Dr. Dias Pacheco, foram antes de o Regulamento ter ido para a Assembleia Municipal..." revelando que na Sessão tinha acreditado na afirmação do senhor Presidente, mas que posteriormente tinha chegado à sua posse um documento que provava que a afirmação não correspondia à verdade. E como as duas pessoas envolvidas tinham pedido na última Assembleia que a gravação fosse ouvida, quer a jornalista, quer o senhor Vice-Presidente, anunciou que ia passar a gravação, não para modificar o que estava na acta, pois tinha sido dito, mas com a intenção de repor a verdade. De seguida passou um excerto da entrevista do senhor Vice-presidente. Após a passagem da gravação, afirmou que a passagem da gravação não era para levantar polémica, considerando até que já se tinha discutido demasiado o assunto, mas revelando que se tinha sentido mal quando constatou que não tinha sido permitido que fosse confirmada a veracidade do que tinha acontecido, reafirmando que só tinha passado a gravação porque as pessoas envolvidas tinham manifestado vontade que a gravação fosse passada. -----

----- O senhor Presidente da Câmara solicitou a audição das últimas frases da gravação. -----

----- O senhor Presidente Vice-Presidente ficou satisfeito com a passagem da gravação, afirmando que era óbvio que o Regulamento que tinha ido à reunião de Câmara tinha sido alterado, referindo que o que tinha dito que tinha

de ser corrigido era o formato que tinha sido presente à reunião de Câmara, que eram gráficos, dizendo que tinha dois diagramas que explicavam qual era a situação da Câmara e quais as alterações que se pretendiam. Portanto o que tinha sido rectificado tinham sido apenas a passagem dos diagramas para texto e não o conteúdo do mesmo. E reafirmou que não tinha conhecimento do documento que tinha sido enviado à Assembleia Municipal e que tinha sido distribuído pelos senhores deputados. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia alertou para o facto de não se estar a discutir a acta, e explicou que a gravação não tinha sido passada na última Sessão porque a própria jornalista que tinha solicitado a passagem da gravação retirou o pedido. -----

----- O senhor Presidente da Câmara reafirmou que mantinha as declarações que tinha feito, e que em primeiro lugar tinha toda a confiança em todos os seus colaboradores, informando que tinha ouvido pela primeira vez as declarações do senhor Vice Presidente à rádio, entendendo que o que ele dizia era que o Regulamento tinha sido rectificado após aprovação em reunião de Câmara, informando a senhora deputada Dina Ribeiro que as alterações após a reunião de Câmara tinham sido concertadas com a vereação, isto para que não viessem dizer que os vereadores, à revelia do vereador do CDS ou de outros vereadores, promoviam alterações aos documentos. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro afirmou mais uma vez que só tinha passado a gravação porque entendia que se tinha cometido uma injustiça, considerando que confrontando o que tinha sido dito na entrevista com o que estava escrito no jornal, lhe pareceu que tinha havido uma transcrição fiel daquilo que tinha sido afirmado. Não sabia se tinha havido ou não um lapso na comunicação, e era possível que tivesse havido, mas também não se sentia bem com a sua consciência se após ter lido a acta não fizesse esta clarificação. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou à discussão e votação a acta da sessão de 27 de Fevereiro de 2009. -----

----- Após votação, a acta a sessão de 27 de Fevereiro 2009 foi aprovada com uma abstenção. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia referiu-se à correspondência recebida e expedida, ficando a mesma ao dispor dos senhores deputados para eventual consulta. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia informou os deputados que tinha recebido o pedido de suspensão de mandato do senhor José Gonçalo Regalado. -----

#### -----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro, em nome do grupo municipal do CDS-PP, questionou a Mesa se haveria possibilidade de alterar a ordem de trabalhos, no sentido do terceiro ponto passar mais para o fim da reunião, justificando esta alteração pelo facto da senhora deputada Luísa Costa, o elemento que ia intervir no ponto em questão, se encontrar um pouco atrasada, por motivos profissionais. Interrogou a Mesa da Assembleia acerca das várias rectificações feitas na sessão de Fevereiro de 2008, referentes à acta da sessão Dezembro de 2007, referindo que no site na Câmara Municipal estavam todas as actas de 2007 e 2008, exceptuando a acta de Dezembro de 2007, alertando que já se tinha passado um ano e dois meses. Gostaria de confirmar as alterações, pois havia grandes alterações a efectuar à acta em questão. Questionou o senhor presidente sobre qual era a Lei a que ele se tinha referido aquando da aprovação em Assembleia Municipal de Setembro de 2008, do Regulamento de distribuição de Águas, que dizia que não era obrigatório que o tarifário fosse discutido e aprovado em Assembleia Municipal. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a proposta do grupo municipal do CDS-PP de alteração da ordem de trabalhos da Assembleia Municipal. -----

----- Após a votação, a proposta de alteração da ordem de trabalhos da Assembleia Municipal do grupo municipal

do CDS-PP foi recusada com seis votos a favor e dezasseis votos contra. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia informou que a acta de Dezembro de 2007 estava corrigida e iria ser colocada no site. -----

----- O senhor Presidente da Câmara afirmou que não sabia de cor a Lei ou o Decreto-Lei respectivo, mas que era a Lei das competências das autarquias locais, pois estabelecia dentro das autarquias as competências específicas do Presidente da Câmara, da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal. -----

----- O senhor deputado Paulo Santos começou por dar os parabéns ao senhor Presidente da Câmara pela magnífica organização da Semana Cultural, que se iniciaram com as comemorações do 25 de Abril e terminariam com a II Bienal do Pão. Considerou gratificante a participação das escolas envolvidas nas comemorações do 25 de Abril, deixando um bem-haja para os professores e alunos dessas escolas. Afirmou que era com agrado que via a abertura das escolas à comunidade, referindo-se ao Agrupamento de Escolas de Vagos, realçando as exposições das árvores, celebrando o início da primavera, e a exposição dos Ovos de Pascoa. Referiu também a feira das Profissões, que decorreu na escola EB 2/3 de Vagos, onde tinham estado envolvidos vários técnicos de diferentes áreas. Não deixou também de agradecer às várias instituições e entidades que estiveram presentes na Semana Cultural. Congratulou o Executivo pela coragem de criar novo jardim municipal e a requalificação do espaço envolvente, afirmando que o povo vaguense iria agradecer esta obra, pelas mais-valias que trará a todos. Elogiou as requalificações do centro religioso de Soza, em particular o anfiteatro ao ar livre e a praça de espectáculos e a requalificação do largo da casa do povo de Ouca. Agradeceu ainda à Câmara, em nome do povo da freguesia de Santo António, o alcatroamento da estrada Sr. Isaac. Por fim, deu os parabéns aos funcionários da Câmara pelo excelente trabalho desenvolvido, comprovado pelos exemplos que tinha referido anteriormente. -----

----- O senhor deputado André Pinho deu os parabéns pelo projecto da Câmara, em conjunto com a entidade Aveiro Digital, que consistia no apoio da divulgação da internet aos jovens. O projecto durou um ano, tendo terminado em Dezembro de 2008, deixando uma palavra de apreço a esta vereação, em particular ao vereador Marco Domingues, que tentou tudo para que o projecto se mantivesse, referindo que todas as juntas de freguesia continuavam a prestar um excelente serviço aos jovens. Afirmando que cada vez mais se orgulhava de ser vaguense, porque hoje o concelho de Vagos é notícia por factos positivos. -----

----- O senhor deputado Hélder Rocha iniciou a sua intervenção referindo a defesa da orla costeira e o início das obras na praia da Vagueira, afirmando que era uma obra muito complexa, mas que a solução estrutural encontrada irá resolver as questões relacionadas com a erosão da barreira de contenção, solucionando o problema do avanço das águas. Deu um louvor ao Presidente, aos vereadores e a todos os funcionários da autarquia pelas obras efectuadas e a efectuar no concelho. Incentivou todas as pessoas a irem visitar as obras que se encontravam em execução e/ou já executadas, destacando a requalificação da Quinta do Ega, a requalificação do centro religioso da vila de Soza, a reconstrução de uma fonte no Boco, o arranjo da Casa do Povo em Ouca, a requalificação da fonte de Santo André, um arranjo na Rua Nova de Lombomeão, recordando que todas estas obras estavam a ser executadas directamente pelos serviços operacionais da autarquia. -----

----- O senhor Presidente da Câmara, referindo-se apenas aos funcionários afectos aos serviços operativos, sem querer dividir ou seccionar o que quer que seja, afirmou que o que se provou, pelo mérito dos funcionários, face ao conjunto de obras complexas que levaram a cabo por todo o concelho de forma meritória, que os políticos é que eram maus e que afinal os funcionários da Câmara são bons. -----

----- O senhor deputado Mário Tarenta, quanto à gravação, afirmou que as polémicas acabaram, e que não valia a

pena supor nada, pois estava lá tudo dito. E destacou uma questão que considerou substancial: tal como em tudo, na Câmara há bons e maus funcionários, e é preciso elogiar os bons e pôr os maus na ordem, sendo para isso preciso coragem de aparecer alguém para o fazer. E é mais difícil numa altura de eleições, sobretudo para quem está na posição de Vice-Presidente e de Presidente, já que têm de impor disciplina e rentabilizar energias em prol do concelho. E elogiou o mérito da intervenção do senhor Vice-Presidente neste aspecto. De seguida respondeu a algumas vozes, que considerou invejosas, que dizem que neste mandato e sobretudo este ano, era tudo para a freguesia de Calvão. Ressalvou o mérito do que lá foi feito, e que coincidiu com a comemoração dos 75 anos da freguesia, que exigiam dignidade. E os arranjos resultaram de uma articulação perfeita entre a Junta de Freguesia e a Câmara, enriquecendo não só a freguesia mas também o concelho. E é também necessário que não haja memória curta, pois durante anos pouco se fez em Calvão. E o que agora se fez não resulta certamente de uma questão de preferência do senhor Presidente da Câmara pela freguesia de Calvão. Em relação às estradas reconheceu que neste momento a freguesia estava bem servida, mas recordou que há cinco anos a maior parte das ruas de Calvão estavam esburacadas e quase intransitáveis, considerando que hoje estavam bastante melhor e ao nível da maior parte das freguesias, não sendo esta um questão de preferência mas sim uma questão de igualdade de tratamento entre as várias freguesias e de beneficiar a freguesia de Calvão ao nível do que as outras freguesias já tinham sido beneficiadas. E congratulou-se pelo alcatroamento da rua de S. Pedro, nas Cabecinhas, agradecendo o esforço da Junta e da Câmara. Mas alertou que com o alargamento, a via ia até às paredes das frontarias das casas, podendo correr-se o risco sério de qualquer dia uma criança, por mais cuidados que os pais tenham, ir a por os pés fora do portão e ser atropelada, solicitando a quem de direito que urgentemente haja uma intervenção que permita temperar os excessos de quem lá passa. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro referiu que a Lei das Autarquias Locais, caso não tenha sido alterada, prevê que a aprovação das taxas cabe à Assembleia Municipal, após proposta da Câmara. Foi por isso que a bancada do CDS-PP não votou favoravelmente o desaparecimento da tabela de taxas do Regulamento das Águas, que além disso autorizava a Câmara a alterar o preço da água quando entendesse. E nessa sessão o senhor Presidente afirmou que não se importava de continuar a trazer à Assembleia a Taxa de água; no entanto, em Dezembro de 2008, a Câmara alterou o Regulamento e as Taxas e não trouxe esse assunto à Assembleia. E recordou que, apesar do Regulamento, existe a Lei das Autarquias Locais. Relativamente à recusa dos colegas deputados da alteração da ordem de trabalhos proposta pelo grupo municipal do CDS-PP, manifestou a sua tristeza, afirmando que todos os que ali se encontram pertenciam ao mesmo órgão, independentemente do partido, considerando que a intenção de todos deveria ser que as questões fossem discutidas e que toda a gente que tivesse alguma coisa a dar para essa discussão o pudesse fazer, afirmando que quando solicitou a alteração à ordem de trabalhos tinha explicado que esta alteração era apenas porque o elemento da bancada do CDS/PP que iria falar sobre o ponto em questão, por razões profissionais, ainda não se encontrava presente, demonstrando a sua grande tristeza ao verificar que quase no final do mandato desta Assembleia Municipal ainda não há entre as bancadas a colaboração suficiente para fazer da Assembleia Municipal um órgão mais participativo e mais rico, onde se aproveitem todas as opiniões. Em relação à Semana Cultural, elogiou o contributo que as escolas do concelho deram para a sua implementação, muito em especial a colaboração para as comemorações do 25 de Abril. De qualquer forma, e como porta-voz da bancada do CDS-PP, afirmou que elogiava a participação dos alunos, e que não estava em causa a intervenção destes, mas revelou que não tinha gostado que os alunos tivessem representado uma sigla partidária sem que o partido tivesse hipótese de ter acesso aos discursos que iriam ser feitos, afirmando que os partidos escolham democraticamente os

seus representantes e portanto considerava que não tinha sido correcto utilizar a sigla partidária, podendo eventualmente colocar os jovens a intervir em nome de um partido fictício. Assim não se respeitou o direito que o partido tinha em escolher o seu representante, referindo que tinha tido conhecimento que a aluna que tinha apresentado o discurso do CDS-PP nem se identificava muito com o partido e portanto não lhe tinha parecido correcta esta situação. Uma coisa era reabilitar as comemorações do 25 de Abril, dar-lhe um novo formato e integrar os jovens e outra coisa era criar uma situação de mistura entre o fictício e o real que tinha os seus perigos. -----

----- A senhora deputada Dulcínea Sereno esclareceu que foi enviado um ofício da Câmara para cada um dos porta-vozes, que tiveram a amabilidade de lhe telefonar para saber mais informações, disponibilizando-se para ajudar os alunos das escolas que eventualmente iriam representar a sigla do partido. Além disso, foi efectuado um ensaio, a pedido dos alunos, que desejavam saber as suas posições. E informou que não teve conhecimento dos discursos, já que os alunos recusaram a colaboração dos porta-vozes dos partidos na sua elaboração. Leu depois nos jornais que este evento foi considerado uma garotice da Câmara, nomeadamente pelo presidente da concelhia do PS, que nem foi contactado para este processo. Afirmações com as quais não concorda, já que o 25 de Abril veio para dar voz ao povo. -----

----- A senhora deputada Graça Gadelho afirmou que adorou as comemorações do 25 de Abril, considerando que era raro ver as crianças e os jovens dedicarem-se à política. E devem ser cativados independentemente da cor e do ideário de cada partido, porque precisamos que eles votem e que governem um dia. E como mãe, professora e deputada afirmou que tinha gostado imenso de ver jovens, independentemente do que foi dito e do valor que possa atribuir-se ao que disseram, pois considera ser difícil cativar jovens para o mundo da política. A concluir, referiu que o que se passou foi uma encenação e deve ser entendido como tal. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro afirmou que também tinha gostado, dizendo até que os jovens se tinham portado melhor que alguns políticos. E não estava em causa o conteúdo dos discursos, mas sim o facto de nenhum partido ter passado uma procuração a ninguém para falar em seu nome. O ofício que os porta-vozes dos partidos receberam solicitava a sua disponibilidade para ajudar a preparar os discursos, o que todos fizeram. O que não deveria ter acontecido era os discursos terem sido feitos em nome de uma força partidária, sem que a força partidária fosse envolvida nisso. Utilizar uma sigla de um partido sem o envolver era brincar com a democracia, afirmando que nunca ninguém tinha dito que não concordava com o envolvimento dos alunos, pois se assim fosse teria sido dito um mês antes das comemorações do 25 de Abril, quando tinha sido enviado o ofício da Câmara. -----

----- A senhora deputada Ana Maria Vasconcelos afirmou não saber como foi feita a selecção dos alunos, mas pareceu-lhe gravemente deseducativo, do ponto de vista da cultura democrática, que se ensinasse os jovens a falar em nome de quem não os mandatou para isso. Se de facto os alunos foram falar em nome de partidos com os quais não têm afinidade política, nem lhes foi dada autorização para isso, então quem os educa não lhes está a transmitir princípios democráticos. Só muita falta de cultura democrática é que pode levar alguém a fazer uma encenação de uma sessão da Assembleia Municipal pondo jovens a falar em nomes de partidos sem que para isso tenha sido obtida a devida autorização. -----

----- O senhor deputado Mário Tarenta começou por referir que o que tinha lhe aconteceu enquanto porta-voz do PS, este ano, nas comemorações do 25 de Abril, foi menos grave do que o que lhe aconteceu há dois anos atrás. Afirmou estar de acordo com a senhora deputada Dulcínea Sereno, quando esta disse que o 25 de Abril surgiu para dar voz ao povo, mas acrescentou que foi para dar voz não só ao povo mas sim a toda a gente. Aceitou que era preciso revitalizar as comemorações do 25 de Abril, considerou que a iniciativa e o formato são positivos por

envolverem mais gente e dar mais protagonismo à comunidade. O que estava em causa não tinha nada a ver com expressões, e se alguém saiu prejudicado, em termos técnicos, de qualidade discursiva e de conteúdo de discurso parecia-lhe ter sido o PSD, nomeadamente o senhor Presidente da Câmara, atendendo ao teor do discurso de quem o representou, quando falava nomeadamente em cunhas. Tem é de haver obrigatoriamente uma colaboração e uma envolvimento entre as escolas e os partidos, não querendo isto dizer que se tratava de influenciar e formatar discursos. E disse acreditar ser essa a intenção de quem organizou as comemorações. A terminar afirmou não ter sido ele a influenciar as afirmações do presidente da concelhia do PS. -----

----- O senhor Presidente da Câmara esclareceu que existe diferença entre taxas e tarifas, afirmando que a criação de taxas, a alteração de taxas e a isenção de taxas era sempre da competência da Assembleia Municipal. A actualização de tarifas e a criação de tarifas podia ser competência da Assembleia Municipal mas estava originariamente como competência da Câmara. Sobre as comemorações do 25 de Abril, considerou que os líderes parlamentares podiam, e bem, dizer que não prescindiam da sua participação na cerimónia enquanto intervenção política, agradecendo desde logo a todos eles por terem abdicado da intervenção directa em prol de um projecto entre a Câmara e as escolas, reconhecendo que nestas coisas nem tudo corria bem, mas que não partilhava as críticas que foram feitas. Entende esta representação do 25 de Abril mais como um projecto teatral do que outra coisa qualquer, em que as escolas organizaram uma cerimónia, que consistiu numa representação de uma Sessão solene da Assembleia Municipal. Por fim, considerou que o evento tinha corrido muito bem, na medida em que se tinha atingido o principal objectivo, o de cultivar nos mais jovens os valores de Abril. -----

----- A senhora deputada Dulcínea Sereno referiu que se considerasse que tinha sido o senhor deputado Mário Tarenta a levar o recado ao presidente da concelhia do PS, não lhe dizia por subterfúgios mas sim directamente. -----

#### -----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

----- **PONTO UM – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA e) DO PONTO 1 do ARTIGO 53º, DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO.** -----

----- O senhor Presidente da Câmara deu a conhecer à Assembleia a informação financeira e actividade municipal, no período compreendido entre vinte e três de Fevereiro de dois mil e nove e vinte e sete de Abril de dois mil e nove. Deu ainda a conhecer a informação financeira à data de trinta de Abril do corrente, bem como os processos pendentes em tribunal, em que o município de Vagos é parte, e que envolvam eventual responsabilidade financeira.-

#### ----- **PONTO DOIS – 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2009 – APROVAÇÃO.** -----

----- O senhor Vice-Presidente da Câmara começou a sua intervenção por solicitar a rectificação do teor do ponto, uma vez que se tratava não apenas da 2ª revisão ao orçamento para o ano de 2009 como também a 1ª revisão do Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2009, informando que, por lapso, no ofício que tinha ido da Câmara para a Assembleia tal não estava referido. Em relação às revisões, referiu que estas se prendiam com a necessidade de cabimentar obras previstas no plano Polis da Ria de Aveiro, que eram para executar no concelho de Vagos e que não estavam previstas no Orçamento original. É apenas uma passagem de verbas, não havendo acréscimo de despesa, mas sim o retirar de algumas obras que já serão feitas através do Orçamento e a introdução das obras a executar no âmbito do plano Polis da Ria de Aveiro. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou à votação a 2ª Revisão ao Orçamento e a 1ª Revisão do Plano Plurianual de Investimento para o Ano de 2009. -----

----- Realizada a votação, foram aprovadas por unanimidade a 2ª Revisão ao Orçamento e 1ª Revisão do Plano Plurianual de Investimento para o Ano de 2009. -----

**----- PONTO TRÊS – CONCURSO PÚBLICO PARA A CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE SOBRE O TERRENO MUNICIPAL, ASSOCIADO À OBRIGAÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE AMPLIAÇÃO E REMODELAÇÃO DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO, COM POSTERIOR ARRENDAMENTO PELA ENTIDADE ADJUDICANTE – AUTORIZAÇÃO. -----**

----- O senhor Presidente da Câmara começou por recordar que nas linhas estratégicas de desenvolvimento, aprovadas anteriormente pela Assembleia Municipal, estava previsto um conjunto de soluções de financiamento que iriam ser adoptadas, sendo esta uma delas. Esta solução foi copiada de algumas obras e está a ser aplicada pelas autarquias pela primeira vez, sendo igual a soluções adoptadas nos campus de justiça e nos novos tribunais, pelo Instituto Patrimonial e Financeiro do Ministério da Justiça. A entidade consultada pela Câmara para fazer o enquadramento jurídico na óptica do Tribunal de Contas deu parecer favorável ao uso da mesma solução no domínio das autarquias locais, tendo o Executivo decidido avançar com esta obra, que se encontra prevista no Plano, não optando pela via tradicional de lançamento de empreitada e contracção de empréstimo para o seu pagamento, no sentido de não onerar a tesouraria diária da autarquia. Este modelo foi encetado pela autarquia de Vagos, numa primeira modalidade, na constituição de direito de superfície para construção e exploração de um posto de abastecimento. Em jeito de conclusão, considerou que esta solução é bem conseguida, do ponto de vista jurídico e económico/financeiro, para as obras que não têm enquadramento nos fundos comunitários e exijam no momento da construção um grande esforço financeiro. -----

----- O senhor deputado Paulo Santos, em nome do grupo municipal do PSD, congratulou-se com a obra, acreditando que o sistema de financiamento é discutível, mas considerando que a proposta, em termos económicos, é bastante válida, achando que era oportuna a construção e a requalificação dos Paços do Concelho. -----

----- A senhora deputada Luísa Costa questionou o senhor Presidente da Câmara sobre que obras concretas estão em causa e o que se pretende para aquele espaço e quais as razões que levam a Câmara a optar por esta solução e não por outra e se tinha feito as contas de quando irá custar esta solução. -----

----- O senhor Presidente da Câmara lembrou que em 1997, quando se negociou a transferência da antiga escola secundária para a nova escola secundária, se devia ter obtido aquela como contrapartida pela cedência dos terrenos para a nova escola. Tal não aconteceu e a propriedade do imóvel passou para a Direcção Geral do Património. Iniciou-se então um processo de negociação no sentido de reabilitar o imóvel, que se foi degradando ao longo dos anos, e que serviria para alojar diversas associações. Até 2001 o processo não estava concluído e em 2002, quando chegou à Câmara, continuou-o, tendo no entanto definido que o edifício se destinaria aos serviços camarários, por várias razões: o preço, já que o negócio de permuta se tornou rentável para o município; porque era consensual que se devia recuperar o edifício; porque se encontrava a emergir um conjunto de projectos do Aveiro Digital que no antigo edifício da Câmara eram impossíveis de implementar; por causa das más condições de trabalho existentes para os funcionários; e porque havia uma deliberação, aprovada por uma larga maioria da Assembleia Municipal entre os anos 1997 e 1999, que a existirem uns novos Paços do Concelho estes deveriam localizar-se a sul da Vila de Vagos. Face a estas contingências, decidiu-se de forma muito célere, limpar e lavar aquele edifício, sem grandes alterações estruturais, para dar execução a esse tal conjunto de projectos do Aveiro Digital, permitindo a melhoria qualitativa nos serviços municipais. Isto sabendo-se de antemão que o edifício não era óptimo e não tinha sido desenhado para trinta anos de necessidade. Mas havia uma decisão política a tomar: ou se encontrava um novo

espaço construído de raiz, desaproveitando as sinergias já conseguidas, ou era aproveitada a escola antiga, ampliando-se o edifício e cumprindo a deliberação da Assembleia Municipal. Quanto aos terrenos, já estão praticamente todos negociados, faltando apenas iniciar a negociação com um proprietário. No que respeita ao negócio propriamente dito, consiste no seguinte: o município tem um parcela de 7000 m2, na qual se encontra uma construção; a câmara irá ceder o direito de superfície da parcela gratuitamente, obrigando a quem ganhar o concurso a efectuar duas coisas: ampliar o edifício municipal e adaptando funcional e esteticamente o edifício antigo ao novo. Recordou que tal solução foi abordada no documento que continha as linhas estratégicas para 2007/2013, e após recusa de entrada desta obra no QREN, só restava optar por esta solução de cedência de direito de superfície, construção e arrendamento da autarquia, pelo prazo de trinta anos, findos quais reverterão as benfeitorias para a entidade que cedeu o direito de superfície, ou seja, o município de Vagos. Foram feitas muitas contas, tendo até sido equacionado lançar a concurso o “edifício chave na mão”, com tudo lá dentro. Mas tala acarretaria uma renda mensal elevada, sendo apenas lançado o edifício em si, alvenaria e acabamentos. Só se poderá definir o que é melhor, se o arrendamento por trinta anos ou a contracção do empréstimo no mesmo prazo, quando houver concurso e forem abertas as propostas de renda por parte dos concorrentes, não tendo dúvidas que a solução será idêntica, tanto num caso como noutro. Esta é uma solução inventada pelo Governo para contrariar quer o défice, quer o endividamento, tendo sido aproveitada e adaptada pela autarquia de Vagos. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro afirmou que a Câmara não tem que se sentir refém de nenhuma deliberação da Assembleia Municipal de mandatos anteriores, pois não houve nenhuma deliberação, mas sim o colocar de uma questão por parte da Câmara à Assembleia sobre o que esta achava da ampliação do edifício, sendo que dessa sessão não tinha havido nenhuma deliberação em concreto, havendo apenas a apresentação das várias posições por parte dos elementos que tinham assento na Assembleia Municipal. -----

----- A senhora deputada Luísa Costa considerou que a questão relativa à situação económica deveria levar a repensar a oportunidade desta solução, referindo que era óbvio que tinha de ser tomada mais tarde ou mais cedo, entendendo que seria melhor tomar esta decisão um pouco mais tarde, no sentido de não sobrecarregar orçamento camarário. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou à votação a autorização para o concurso público para a constituição do direito de superfície sobre o terreno municipal, associado à obrigação da construção de ampliação e remodelação do edifício dos Paços de Concelho com posterior arrendamento da entidade adjudicante. -----

----- Realizada a votação, foi autorizado o concurso público para a constituição do direito de superfície sobre o terreno municipal, associado à obrigação da construção de ampliação e remodelação do edifício dos Paços de Concelho com posterior arrendamento da entidade adjudicante, com vinte e um votos a favor, uma abstenção e seis votos contra. -----

----- O grupo municipal do CDS-PP apresentou a seguinte declaração de voto “O grupo municipal do CDS-PP vota contra o concurso público para a constituição do direito de superfície sobre o terreno municipal, por entender, designadamente, que estamos a atravessar uma conjuntura economicamente muito difícil e daí entendermos que uma obra desta dimensão, pesará, e muito, no orçamento camarário. Acresce ainda o facto de termos sérias dúvidas de que a solução adoptada seja a mais vantajosa para o município”. -----

----- **PONTO QUATRO – PAULO L. MACEDO, Lda. – PEDIDO DE ANULAÇÃO DE RECONHECIMENTO PÚBLICO E MUNICIPAL DO PROJECTO PARA UM PARQUE AVENTURA E DE DIVERSÕES – APROVAÇÃO.** -----



----- O senhor Presidente da Câmara começou por informar que o senhor Paulo Alexandre Lucas Macedo, como proprietário da cerâmica Sentel, junto ao vale do Boco, solicitou à Assembleia Municipal, em Março de 2004, que lhe reconhecesse o interesse público e municipal para um projecto de cariz turístico, que passava pela recuperação/demolição das construções em ruínas existentes e devolução a uma actividade e a projectos com cariz mais lúdico e ao mesmo tempo ambiental. Passados estes anos todos após o reconhecimento por parte da Assembleia Municipal, o promotor não tinha efectuado nada no local daquela índole ou doutra índole turística, e passado este tempo todo, de acordo com o ofício enviado pelo promotor, interessou-se pelo local a empresa Leal & Soares, vulgo SIRO, que na Zona Industrial de Mira se dedica à produção de compostos orgânicos, fertilizantes, materiais de jardinagem e rochas ornamentais. A Câmara foi contactada para saber qual o seu interesse na recuperação das construções existentes e localização de uma nova indústria, tendo sido comunicada uma posição desfavorável. Mas também foi comunicado o direito adquirido de recuperar, não ampliar, as construções, como a CCDR/C veio a confirmar. Por outro lado, foi referido também que a opção da autarquia para o vale do rio Boco passa por projectos de cariz turístico e não de cariz industrial, pois a câmara possui já um espaço industrial bem localizado, o Parque Empresarial do Fontão. Posto isto, o proprietário e o potencial comprador entenderam efectuar um pedido junto da CCDR/C, e esta veio a autorizar a recuperação das construções, com destino a actividades industriais, com um conjunto de condições. Quando entregaram a certidão da CCDR/C na Câmara, e após ser avaliada a certidão, foi-lhes comunicado que havia dois impedimentos: o primeiro dizia respeito à grande discrepância que existia entre a área licenciada e a área construída, tendo-se a Câmara informalmente manifestado desde logo contra a recuperação ou a manutenção da área não licenciada; o segundo impedimento era precisamente a deliberação da Assembleia Municipal, que foi feita a pedido do proprietário, para reconhecer o interesse público e municipal daquele espaço com fins turísticos e com um projecto concreto de Parque de Aventuras, e portanto a Câmara jamais deliberaria a favor de um projecto de instalação industrial enquanto a declaração exista. Como tal, o proprietário veio solicitar a anulação de deliberação. De seguida, o senhor Presidente da Câmara chamou a atenção da Assembleia para três pontos importantes: a entrada em vigor do novo PDM do concelho de Vagos, que estabelecia para as margens do rio Boco uma grande área de espaços naturais; o Polis da Ria, que previa um conjunto de acções de requalificação no sentido de relevar o seu potencial natural e turístico, não no sentido de aumentar a sobrecarga de outras actividades não compatíveis com os factores ambientais; por fim, o plano Unir@Ria, que prevê para estas zonas acções idênticas ao Polis da Ria. Considerando que uma vez que o município invocou de forma livre e espontânea o interesse público para o investimento na área do turismo, e entrando em vigor o PDM de Vagos, julga que estaria prejudicado a invocação de qualquer direito constituído que lhe permitisse a recuperação e uso daquele espaço para actividades industriais. -----

----- O grupo municipal de PSD apresentou uma declaração de voto e recomendação à Câmara, que foi lido pelo senhor deputado Manuel Manangão e afirmava o seguinte: “Tendo em consideração tudo quanto estabelece o PDM em vigor, o Polis da Ria e o Unir@Ria, o grupo parlamentar do PSD votará no sentido do indeferimento, isto é, não aprovação do pedido do requerente, não revogando a deliberação já tomada por esta Assembleia em 25 de Março de 2004, mantendo-a na ordem jurídica e continuando o vínculo de propriedade ao uso turístico, porquanto: 1º - O PDM em vigor criou um conjunto de espaços destinados à indústria, na freguesia de Sosa, chamado Parque Empresarial de Sosa, visando ordenar e desenvolver o município de forma planeada, potenciando os factores positivos da sua localização, pelo que deve esta Assembleia dar o primeiro exemplo de execução adequada daquele plano director; 2º - O PDM estabelece também um conjunto de espaços naturais cuja valia ambiental importa

preservar, requalificar e usufruir de forma ponderada e responsável. Ora a propriedade em questão insere-se nestes espaços. Confinando com a ZPE – Zona de Protecção Especial da Ria de Aveiro, donde todas as acções que incidem sobre imóveis urbanos ou passivos ambientais devem apontar para a sua recuperação, reconstrução ou construção nova, destinada a fins turísticos, lazer e recreio, ou mera entrega a um espaço ambiental qualificado. Assim deverá ser com esta propriedade e com outras - azenhas, piscicultura, barreiros, matadouros, cais de acostagem, celeiro, casa mosteiro, vacarias, etc., pelo que o interesse público municipal, regional e nacional apontam no sentido inverso ao requerido, deslocando ou desinstalando actividades cuja sobrecarga poluente degrada em vez de requalificar, devendo evitar-se, neste percurso, excessos como os que são publicamente conhecidos; 3º - Aliás, o pretendido viria a anular parte do trabalho e vontade política local e nacional em requalificar a Ria de Aveiro, política bem expressa quer no Polis da Ria quer no Unir@Ria. Assim votamos desfavoravelmente a revogação do interesse público já definido e atribuído ao espaço em questão, em Assembleia extraordinária de 25 de Março de 2004, que, lembramos foi requerido pelo proprietário de forma livre e espontânea. Mais, recomendamos à Câmara Municipal que prepare o processo para que esta Assembleia declare interesse público municipal nas requalificações de todos os imóveis urbanos e rústicos, hoje em ruínas, para fins turísticos, lazer, recreio ou mera requalificação ambiental.”-----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro lembrou que de facto tinha sido reconhecido na altura que aquela zona era uma zona de interesse turístico, revelando estar um pouco baralhada com a situação, pois ainda não tinha percebido qual era o efeito prático da anulação da declaração de interesse público, uma vez que a área em PDM não estava contemplada como uma área para ser utilizada em termos de lazer e em termo turísticos, pois eram espaços florestais afectos à produção, questionando quais eram esses efeitos práticos. A Câmara de facto deseja que a Assembleia mantenha a declaração de interesse público, para de alguma forma inviabilizar o surgimento de uma unidade industrial? E defendeu que a Câmara, quando trouxer alguma declaração de interesse municipal à Assembleia, deverá primeiro analisar e discutir o assunto. -----

----- O senhor Presidente da Câmara afirmou não ter estudado esta questão em termos jurídicos, tendo algumas dúvidas de saber exactamente se desvinculando a propriedade de uma declaração de interesse público voluntariamente solicitada pelo munícipe, se não se passaria como se um interesse público nunca tivesse sido declarado e o proprietário tivesse o mero direito que lhe conferia a lei da REN, pois era um espaço que se encontrava parcialmente em REN e parcialmente em espaços florestais de produção, áreas que também eram REN. O que diz o regime da REN é que é possível manter e recuperar as construções existentes e licenciadas, e dentro dessas construções existentes pode ser alterado o uso, desde que seja compatível com os valores da REN. Neste caso não haveria lugar a alteração de uso, pois o que estava no local era indústria e mantinha-se o mesmo uso, que também neste caso seria mais amigo do ambiente do que o existente. Revelou então ter a sensação, mas com muitas dúvidas, que se se deixasse cair o interesse público declarado e voluntariamente pedido, e passando a situação jurídica para a formula inicial, o proprietário teria o direito que a CCDR/C lhe tinha reconhecido de recuperar as construções licenciadas e activar o uso industrial que lá estava antes. Havendo um interesse público declarado, pode de alguma forma ser inibidor deste processo. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro questionou o executivo sobre se o pedido efectuado não estaria relacionado com a situação da venda dos terrenos. -----

----- O senhor Presidente da Câmara revelou que não achava que o pedido pudesse estar relacionado com a venda dos terrenos, revelando que antes desta situação tinha estado reunido com o senhor Paulo Macedo e com o dono da empresa Leal & Soares, tendo-lhes dito que iriam encontrar muitas dificuldades em todo o processo, aconselhando

que deviam ir em primeiro lugar à CDR/C, que muito dificilmente iria autorizar aquele uso no espaço em causa, revelando ter ficado espantado quando esta entidade emitiu certidão favorável. -----

----- A senhora deputado Dina Ribeiro interrogou o senhor Presidente sobre se a Câmara considerava que era de interesse que a Assembleia mantivesse a decisão de Março de 2004. -----

----- O senhor Presidente da Câmara respondeu afirmativamente à questão colocado pela deputada Dina Ribeiro. -

----- A senhora deputada Ana Maria Vasconcelos afirmou que a sua intervenção era apenas para salvaguarda e coerência das suas intervenções anteriores sobre este assunto, revelando que se encontrava no público quando tinha sido discutido na Assembleia Municipal o projecto do Parque de Aventura e Diversões para a zona em questão, verificando que havia adesão unânime da Assembleia ao projecto. Revelou que tinha ficado escandalizada com o que se pretendia levar a cabo naquele local, que entendia que merecia todos os cuidados e atenções da autarquia pelo interesse paisagístico, ecológico e ambiental que representava, afirmando que acabou por intervir nessa sessão, insurgindo-se contra os deputados por terem votado tal aprovação, com o engodo dos postos de trabalho, o que seria um grave atentado. Informou pretender votar no sentido proposto pelo PSD, justificando que a sua posição não é uma grave incoerência, pois considera que se o tal Parque de Diversões, cheio de escorregas aquáticos e tanques lhe parece escandaloso naquela área, a activação de uma unidade industrial também é uma solução inadequada. Assim, vai votar no sentido de preservar a aprovação que feita na altura, na expectativa de que um dia se venha a planear algo que respeite a paisagem e o ambiente. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro referiu que nos termos como está definida a unidade industrial não parece nada de muito abusivo e nem parece que colida com aquela área. A questão é que já há historial, lembrando situações, no passado, em que se tinha notou perfeitamente que o requerente que fez esta petição, em algumas situações foi muito para além do que devia, considerando que o problema se calhar não era a unidade industrial conforme está descrita nos documentos, pois parece uma coisa quase inofensiva. O problema é que este pode ser o primeiro passo para outras construções, outras ampliações a que depois possa ser difícil pôr um fim. É pois por essa razão que o grupo municipal do CDS-PP irá votar no sentido de manter a decisão de 2004. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o pedido de anulação de reconhecimento público e municipal do projecto para um Parque Aventura e de Diversões. -----

----- Realizada a votação, foi chumbado por unanimidade o pedido de anulação de reconhecimento público e municipal do projecto para um Parque Aventura e de Diversões. -----

----- O senhor Presidente da Câmara informou que a Câmara aceita a recomendação implícita na declaração de voto do grupo municipal do PSD, no sentido de preparar uma declaração de interesse público, a mais adequada possível a cada local no espaço da ria que foram referidos sucintamente, enquadrando-os com o que está estipulado no Plano Director Municipal. -----

----- **PONTO CINCO – JUNTA DE FREGUESIA DE PONTE DE VAGOS – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO.** -----

----- O senhor Presidente da Câmara informou que a BETEL, proprietária do antigo campo de futebol de Ponte de Vagos, decidiu construir um novo centro social, com um conjunto de novas valências, como sejam o lar, a biblioteca e a hidroterapia, tendo para isso tido necessidade de ocupar a área do campo de futebol, ficando assim a freguesia de Ponte de Vagos sem um espaço ao ar livre para praticar desporto. Informou que a Câmara escolheu um espaço no centro da freguesia, bem localizado e com boas acessibilidades e sem grandes constrangimentos de cariz ambiental, que se encontra abandonado do anterior uso agrícola e actualmente infestado de silvas. Além disso, foram estudados

os perímetros urbanos do antigo e do novo PDM para a freguesia, não permitindo nenhum deles áreas livres e desocupadas suficientes, ou seja, sem construção urbana e com dimensão, para que se pudesse adquirir e construir este tipo de equipamento. Assim, é necessário que a Assembleia declare o interesse público municipal na desafecção, para que este projecto da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos obtenha a necessária desafecção junto da Reserva Agrícola. -----

----- O senhor deputado Mário Tarenta afirmou que, sendo este um projecto de interesse público e de interesse da comunidade de Ponte de Vagos, deve merecer a aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- O senhor deputado Paulo Santos considerou ser um projecto com bastante interesse para os habitantes da freguesia de Ponte de Vagos, esperando que o espaço seja aproveitado para criar uma obra digna, para a prática não só de desporto mas também de eventos culturais e de lazer. Questionou o senhor Presidente sobre qual a dimensão da área do parque, qual seria à partida a área de construção, quando se iniciam e se prevê terminarem as obras. Como habitante de Ponte de Vagos, afirmou querer o melhor para a sua freguesia e, como tal, votará favoravelmente. -----

----- O senhor Presidente da Câmara informou que já se iniciou a 1ª fase do projecto, que consiste na limpeza do terreno, levantamento topográfico, criação de acessos e abertura de valas de drenagem, tudo acções que não são incompatíveis com solo agrícola. Sobre o projecto referiu que este é eminentemente verde, não exige muita construção, tendo-se optado por madeira. Só na 3ª fase se farão construções em alvenaria e cimento, correspondentes aos campos de ténis. Será também construído um campo de futebol de sete, com um piso sintético idêntico ao Campo das Escolinhas de Calvão. Haverá ainda uma zona de lagoa, complementada com um jardim para que as pessoas desfrutem do espaço. As construções dos equipamentos de apoio, balneários, bar/ restaurante serão de madeira e assentes em estacaria, de modo a evitar ao máximo as impermeabilizações do terreno. A execução começará até final do ano de 2009. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a declaração de interesse público do terreno destinado à construção de Parque de Lazer e Desporto. -----

----- Realizada a votação, foi aprovada por unanimidade a declaração de interesse público do terreno destinado à construção de Parque de Lazer e Desporto. -----

----- **PONTO SEIS – ALIENAÇÃO DE CINCO APARTAMENTOS DE HABITAÇÃO SOCIAL, SITOS NO BAIRRO DA CORREDOURA, EM VAGOS – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO.** -----

----- O senhor Presidente da Câmara começou por informar que este ponto resultava da aplicação da Lei, que se refere à actualização das rendas sociais. Informou que foi elaborado um estudo pelos técnicos da Câmara, da actualização das rendas prevista na referida lei, chegando-se à conclusão que haveria alguns aumentos muito elevados. Este facto significa tão só que as famílias que nos anos 70/80, que infelizmente eram merecedoras de habitação social, pois era sinal que eram famílias com alguma carência, ao longo destes anos progrediram na vida deixando de se encontrar nas circunstâncias para beneficiar do mesmo apoio social. Em função destas situações, a Câmara optou por uma situação alternativa: em vez do arrendatário pagar um renda elevada, até porque os imóveis já apresentam algum nível de degradação, propor a aquisição por um preço calculado de acordo com as regras do código municipal sobre imóveis, informando que dentro do conjunto de arrendatários do Bairro da Corredoura, houve cinco que mostraram interesse na aquisição. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a autorização para a alienação de cinco apartamentos de habitação social, sítos no Bairro da Corredoura, em Vagos. -----

----- Realizada a votação, foi aprovada por unanimidade a alienação de cinco apartamentos de habitação social, sítios no Bairro da Corredoura, em Vagos. -----

----- **PONTO SETE – PRESTAÇÃO DE CONTAS 2008 – APROVAÇÃO.** -----

----- O senhor Vice-Presidente da Câmara informou que se iria limitar a falar dos indicadores principais da autarquia, nomeadamente os que foram analisados nos últimos anos e que servem de base ao anuário financeiro das autarquias locais. Começando pela receita total cobrada, afirmou haver uma consolidação daquilo que são as receitas do município desde 2005. Quer isto dizer que a estratégia que foi definida, no início do mandato, de criação de riqueza no concelho de Vagos para possibilitar gerar receita para que o orçamento possa fazer face aquilo que são as necessidades de um concelho tão extenso como o de Vagos, foi totalmente conseguida e consolidada. Em relação à execução orçamental, no que diz respeito à receita e apesar de ter havido uma ligeira quebra em relação ao ano anterior, justificada pela quebra na cobrança, nomeadamente de taxas e licenças, no último trimestre de 2008, o objectivo foi cumprido ao atingir-se os 74,4 % de execução. Referindo que outro indicador fundamental nas contas, talvez um dos mais importantes, era a autonomia municipal, que este ano se situou nos 52,9%, o que também mostra que o rumo que está a ser tomado está correcto. Relativamente à execução da despesa, informou que esta se encontra nos 74,9%, muito próximo do objectivo a que o executivo se tinha proposto, os 75%. Em relação à execução do Plano Plurianual de Investimentos, que o executivo pretendia que andasse na casa dos 50%, caíu para os 42%, chamando a atenção para o facto de este valor se justificar por se tratar da execução financeira, já que a execução das obras é muito superior. E deu o exemplo do saneamento da freguesia de Santa Catarina e do edifício da Zona Industrial de Vagos, cuja obra está concluída mas como não está paga não consta na execução financeira, existindo uma diferença significativa no ano passado explicada pelo facto da Câmara não ter recebido as verbas do QREN. Em relação à parte económica, referiu que os proveitos e ganhos ascendem a 18,7 milhões de euros e os custos e perdas chegam aos 21,8 milhões de euros. Em relação ao resultado líquido, afirmou que se o total do orçamento e do investimento efectuado num ano numa autarquia fosse muito elevado, as amortizações tinham um efeito menor naquilo que eram os resultados; mas o que se passava em Vagos era precisamente o contrário, pois Vagos tinha um imobilizado, nomeadamente em rede viária, que andava à volta dos 70 milhões de euros e que tinha de ser amortizada todos os anos, referindo que as amortizações no ano passado tinham ascendido a 4,6 milhões de euros, e não era uma despesa que a Câmara tinha feito durante o ano, era a depreciação da rede viária entrando nas contas como um custo e afectando o resultado líquido. Relativamente ao *cashflow*, informou que era bastante positivo. A concluir, referiu que a nível financeiro a autarquia de Vagos não está nos vinte primeiros, como dizem as estatísticas, mas sim nos dez primeiros, ao nível dos municípios de média dimensão. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro começou por agradecer a inclusão dos quadros analíticos dos resultados das contas da Câmara, pois evitam que se tenham de fazer contas para a leitura dos resultados. Leitura da qual tirou várias conclusões. A primeira diz respeito ao aumento da receita corrente e da receita de capital, considerando que o aumento da receita corrente não foi tão significativo quanto o da receita de capital, sendo que esta última decorreu, em parte, da resolução do processo da venda do Parque de Campismo. Contudo, e apesar de não ter sido uma baixa muito significativa, a taxa de execução orçamental baixou. Em relação à autonomia financeira, afirmou que se manteve a tendência de subida do último ano. Relativamente à despesa com pessoal, verificou que esta aumentou 9,3%. No que diz respeito à taxa de execução do Plano, confirmou que baixou relativamente ao ano anterior, aceitando contudo a justificação do senhor Vice-presidente para este facto, referindo porém que podia ter existido obra física mas que ela estava por pagar. Não se quis restringir à leitura do relatório e consultou as contas, tirando

daí outras conclusões complementares. Da análise às contas, afirmou que quando se dizia que a despesa corrente aumentou 1%, na página 136, se verifica não ter sido exactamente assim, pois se forem somadas as despesas correntes pagas com as despesas correntes não pagas, e comparando o ano de 2007 com o ano 2008, facilmente se conclui que esta questão não é linear e não podia ser feita de forma tão singular. Num segundo aspecto, referiu que a despesa corrente ultrapassou a receita corrente, porque se se comparar a página 1 e a página 5 do documento das contas, pode-se concluir que as despesas correntes, se forem considerados os compromissos assumidos, ultrapassam de facto as receitas correntes. A terceira conclusão é que em termos globais a despesa não paga, despesa corrente e despesa de capital aumentou de 2007 para 2008, referindo que em 2007 havia por pagar 80 mil euros de despesas correntes e 177 mil euros de despesas de capital; em 2008 havia por pagar 956 mil euros de despesas correntes e havia 2 milhões e 301 mil euros de despesas de capital, confirmando que em termos globais havia compromissos de 3,5 milhões de euros por pagar. Destacou ainda também um outro aspecto, que se relaciona com o quadro da página 139, que mostra o rácio investimento/despesa total, sem a percentagem. No ano de 2007 o senhor Vice Presidente tinha dito que este rácio andava na ordem dos 31%, definindo a meta nos 40%. Em 2008 constata-se que a despesa total ultrapassou os 15,5 milhões de euros, mas que a despesa de investimento tinha ficado abaixo do previsto, pois a despesa de investimento total era de 6,5 milhões de euros. Só que nesta despesa havia que considerar 3 milhões e 990 mil euros de execução paga e 2 milhões e 391 mil euros de despesa não paga. Para concluir, afirmou que este documento era um documento técnico, mas que espelhava opções políticas, e que a bancada do CDS-PP não afirma que as contas estão erradas. A maneira como o ponto aparece em termos de ordem de trabalhos, obriga a uma votação, sendo que na discussão deste tipo de pontos há sempre dois trabalhos a fazer, uma apreciação e depois uma votação. Como estas duas atitudes se confundem, informou que o grupo municipal do CDS/PP se irá abster na votação, em parte pela leitura apresentada. -----

----- O senhor deputado Paulo Santos, em nome do grupo municipal de PSD, começou por registar a inclusão de todo o património imobilizado da autarquia. Considerou que a autonomia financeira de cerca de 53% permitia perceber como o valor do passivo total apenas representa cerca de 25% do total líquido do activo, afirmando que por esta razão se conseguia perceber o porquê do município se encontrar entre os 50 melhores municípios portugueses, em relação à sua situação financeira, conforme vinha publicado no anuário financeiro dos municípios portugueses. Verificou, da análise do balanço e da demonstração dos resultados, maior transparência e reforço da sustentabilidade financeira e da autonomia da Câmara. Constatou a diminuição da receita dos impostos e taxas, explicando que este se devia aos sinais dos tempos que se vivem, embora se tenha assistido a um acréscimo de 5,7% na receita corrente, afirmando que esta se devia à venda de bens e serviços. Sobre o aumento da despesa com pessoal, considerou que esta está ligada pela não entrada atempadamente dos valores correspondentes aos pagamentos aos monitores de espaços internet e aos técnicos florestais. Afirmou que o grupo municipal do PSD se sente grato a este executivo pela maneira como tem encarado o seu mandato, com o espírito de serviço à comunidade, com base na transparência e no diálogo. Por fim, questionou o Executivo para quando uma previsão de certificação dos serviços, a contratação de um revisor externo a todas as operações financeiras e contabilísticas da Câmara e a implementação de um sistema de aquisições que efectue o controlo orçamental e financeiro. -----

----- O senhor Vice-presidente da Câmara considerou que parte do que foi dito pela senhora deputada Dina Ribeiro estava correcto e tecnicamente parte do que tinha dito não estava correcto, afirmando que houve uma ligeira confusão entre o que é análise financeira e análise económica, pois são coisas diferentes e os valores não são necessariamente iguais. É por essa razão que no relatório de gestão há uma parte que se debruça só sobre a parte

financeira pura e outra sobre a parte económica, revelando que não seria o sítio e o momento indicado para explicar esta situação. Sobre o aumento das despesas com o pessoal, informou que este se devia a duas situações: ao pagamento dos técnicos florestais de Oliveira do Bairro, Ílhavo e Vagos, sem nenhuma contrapartida do Estado, e o pagamento a doze monitores de informáticos que estavam espalhados pelo concelho, não recebendo a comparticipação atempada. Afirmou que a cobrança aumentou em termos absolutos, mas que alguns objectivos a nível percentual não foram atingidos, pois para haver uma cobrança maior é necessário um investimento maior. E num momento de crise não se pode pedir à Câmara de Vagos que faça milagres. O Executivo gere de forma correcta e mostra de forma correcta todos os elementos contabilísticos que têm a ver com a autarquia. Em relação às questões colocadas pelo senhor deputado Paulo Santos, informou que ainda este ano haverá um auditor interno, afirmando que se alguns dos deputados municipais se tivessem preocupado mais em ter discutido o Regulamento Interno da Câmara Municipal de Vagos em vez de saber se o vereador faltou à verdade nalguma entrevista, tinham percebido que estava lá a resposta a todas as questões. E, desabafando, afirmou que se os jovens que estiveram na encenação no dia 25 de Abril estivessem nesta Assembleia Municipal no período antes da ordem do dia, tinham fugido a sete pés da política, e dificilmente voltariam, afirmando que quem assistia a este espectáculo não gostava e nunca iria gostar da política. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da prestação de contas de 2008. -----

----- Realizada a votação, foram aprovadas com dezanove votos a favor e cinco abstenções as contas respeitantes ao ano de 2008. -----

----- O grupo municipal do CDS/PP apresentou a seguinte declaração de voto “O grupo municipal do CDS/PP absteve-se tendo em consideração o seguinte: as contas apresentadas revelam que apesar de ter havido um aumento da receita e um aumento da despesa total, a taxa de execução orçamental da receita baixou relativamente ao ano anterior. Verifica-se um aumento substancial de despesas não pagas, quer nas despesas correntes quer nas de capital (3 milhões de euros de despesa não paga). O rácio investimento efectivamente pago e receita total ficou muito aquém do desejável. De 2007 para 2008, a taxa de execução física do plano plurianual baixou e confirmou-se o adiar de obras e a alteração constante de planos por parte da Câmara, tendo obras como a Casa do Município e os Armazéns da Câmara sido prejudicados.” -----

----- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público para intervir. -----

----- Não havendo público para intervir, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao segundo secretário para a leitura da minuta da acta. -----

----- De imediato o segundo secretário, Hugo Ribeiro Jorge, procedeu à leitura da minuta da acta da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou a minuta da acta à votação, tendo esta sido aprovada por unanimidade.-

----- E nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----